

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.681 ESPÍRITO SANTO**

**RELATORA** : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
**REQTE.(S)** : ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES  
DO BRASIL  
**ADV.(A/S)** : GABRIEL PEIXOTO ROCHA E OUTRO(A/S)  
**INTDO.(A/S)** : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**DECISÃO**

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDOS  
DE INGRESSO COMO AMICI CURIAE.

Relatório

1. Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo e Luiz Carlos de Souza requereram ingresso na ação direta de inconstitucionalidade como *amici curiae*.

Deferi o prazo de quarenta e oito horas para Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo regularizar a representação processual com a juntada de cópia do ato constitutivo e de procuração com poderes específicos aos advogados subscritores para atuação na espécie, providência atendida pela Petição/STF n. 64.907/2018.

2. Reconhecidas a relevância da matéria e a representatividade do postulante, **admito o ingresso de Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo na presente ação direta de inconstitucionalidade como *amicus curiae*** (§ 2º do art. 7º da Lei n. 9.868/1999).

Indefiro o requerimento de Luiz Carlos de Souza, por ser terceiro

**ADI 5681 / ES**

interessado no feito, carecendo de representatividade adequada para manifestação sobre a questão de direito subjacente à controvérsia constitucional.

**3. À Secretaria Judiciária deste Supremo Tribunal para inclusão do nome de Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo como *amicus curiae* e do representante legal.**

**Publique-se.**

Brasília, 3 de maio de 2019.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora